



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS  
COORDENADORIA ESTADUAL EM SERGIPE  
Av. Beira Mar, 366, - Bairro Treze de Julho, Aracaju/SE, CEP 49.020-010  
Telefones: (85) 3391-5100 - <https://www.gov.br/dnoes>

**Contrato CEST-SE nº 14/2025**

**Unidade Gestora: CEST-SE.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
**14/2025**, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE  
OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS  
POR MEIO DA COORDENADORIA  
ESTADUAL EM SERGIPE E A  
EMPRESA SERGIPE EVENTOS &  
SERVICOS LTDA .

**O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS por meio da COORDENADORIA ESTADUAL EM SERGIPE**, inscrito no CNPJ/SE sob o Nº 00.043.711/0012- 04, com sede à Avenida Governador Paulo Barreto de Menezes, nº 366, Bairro 13 de julho, Estado de Sergipe, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis, neste ato representado pelo seu Coordenador Estadual, o Sr. **MARCOS VANDER COSTA DA CUNHA** , residente e domiciliado na cidade de Aracaju, estado de Sergipe, portador do CPF nº 002.XXX.XXX-98, nomeado pela Portaria nº 3695 do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, de 12 de dezembro de 2025 doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **Empresa SERGIPE EVENTOS & SERVICOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 23.724.183/0001-93 sediado(a) na Praça Dr. Carvalho Neto, Térreo Nº 01, Bairro: Atalaia, na cidade de Aracaju/Sergipe – CEP: 49.035-150, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por **SERGIO LUIZ NASCIMENTO SANTOS**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado, na Rua Herbert José de Souza, nº 571, Bairro: Jardim Centenário, Aracaju/SE, CEP: 49.090-023, CPF: 386.XXX.XXX-68, tendo em vista o que consta no Processo nº 59414.000271/2025-11 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CEST - SE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

1. Objeto da contratação:

Item	Descrição	UM	QTDE	Valores	
				Unitário	Total

1	BALCAO PARA RECEPCAO EM MDF 25MM ALTO MEDINDO 1,20 DE LARGURA COR NOCE/PRETO	und	2	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00
2	BALCAO PARA ACESSIBILIDADE EM MDF 25MM BAIXO MEDINDO 1,20 DE LARGURA COR NOCE/PRETO	und	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
3	ARMÁRIO COM NINCHO CENTRAL COM 3 GAVETAS E 2 PORTAS PARA ESCRITORIO MEDINDO 1,80X0,44MX0,79M COR NOCE/PRETO	und	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
4	SOFÁ EM COURO PRETO RETO COM PES MEDINDO 3,00M DE LARGURA	und	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
5	POLTRONAS EM COURO PRETO RETO COM PÉS MEDINDO 1,00M DE LARGURA	und	2	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00
6	MESA DE CENTRO COM LAMINA EM MADEIRA MEDINDO 1,40X0,55M	und	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
7	Conjunto de Mesa Diretor, Linha premium 40mm. c/Arm/Gav./ Apoio lateral (2,05m x 2,35m x 2,05m) c/ Armário Premium (2,05m x 0,44m x 0,55 mm) portas deslizantes e gavetas 2 nichos laterais 25mm na cor Noce, com tampo de vidro	und	1	R\$ 11.000,00	R\$ 11.000,00
8	CADEIRA PRESIDENTE COM COURO NA COR PRETA, ESTRUTURA EM MADEIRA MULTILAMINADA COM BASE CROMADA, ENCOSTO NA CABECA, E ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDO EM COURO ECOLOGICO, RODIZIO EM PU, SUPORTA ATE 120KG. DIMENSÕES: 63X61X116-124CM. ALTURA ASSENTO: 45 A 50 CM.	und	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00

9	CADEIRA DIRETOR COM COURO NA COR PRETA, ESTRUTURA EM MADEIRA MULTILAMINADA COM BASE CROMADA, E ASSENTO E ENCOSTO REVESTIDO EM COURO ECOLOGICO, RODIZIO EM PU, SUPORTA ATE 120KG. DIMENSÕES: 63X61X92-100CM. ALTURA ASSENTO: 45 A 50 CM. DENSIDADE DA ESPUMA 30G/CM3	und	3	R\$ 1.500,00	R\$ 4.500,00
10	SOFÁ MEDINDO 1,80M COM PES EM MADEIRA, TECIDO EM LINHO BEGE 108, ESPUMA D45, MOLAS NO ASSENTO	und	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
11	POLTRONAS EM TECIDO BEGE, COM PES EM MADEIRA TAUARI, MEDINDO 60X84X77CM, ALTURA ASSENTO 43CM	und	2	R\$ 2.800,00	R\$ 5.600,00
12	MESA DE CENTRO EM MADEIRA ORGANICA LAMINADA E MDF NA COR NOCE	und	1	R\$ 2.700,00	R\$ 2.700,00
13	MESA LATERAL DE APOIO PRODUZIDA EM FORMATO ORGANICO NA COR NOCE	und	1	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
14	TAPETE PARA SALA NA COR CINZA COM QUALIDADE PREMIUM	und	1	R\$ 2.800,00	R\$ 2.800,00
<b>Valor total</b>					<b>R\$ 52.700,00</b>

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 . O Termo de Referência;

1.3.2 A Proposta do CONTRATADO;

1.3.3 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin);

2.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

2.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as

abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será permitido subcontratação.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor da contratação é de R\$ **52.700,00** (cinquenta e dois mil e setecentos reais).

### **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE; 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos; 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência; 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas; 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO; 8.1.5 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência. 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato; 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO; 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período; 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por

todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO;

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que

houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto; Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. 13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO: 13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e 13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas oriundas do objeto desta Dispensa de Licitação correrão à conta dos recursos orçamentários do DNOCS/CEST-SE, para o exercício 2025. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão por conta da seguinte Classificação Orçamentária: Gestão/Unidade: 193008; Fonte de Recursos: 3129000000 Programa de Trabalho: 238238 Elemento de Despesa: 339030 Plano Interno:

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal na Cidade de Aracaju/SE para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Aracaju/SE, 30 de dezembro de 2025

**MARCOS VANDER COSTA DA CUNHA**  
Coordenador Estadual em Sergipe - CEST/SE  
Representante legal do CONTRATANTE

**SERGIO LUIZ NASCIMENTO SANTOS**  
SERGIPE EVENTOS & SERVIÇOS LTDA  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Luiz Nascimento Santos, Usuário Externo**, em 30/12/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vander Costa da Cunha, Coordenador Estadual em Sergipe**, em 30/12/2025, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnocs.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2065074** e o código CRC **9D6FE8F6**.